

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.376.466 - SP (2018/0257283-7)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : EVOLUTION INTERMEDIÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA
OUTRO NOME : FÓRMULA PLÁSTICA - INTERMEDIações DE SERVIÇOS MÉDICOS
ADVOGADOS : NILTON ALEXANDRE CRUZ SEVERI - SP166919
PATRICIA SCHOEPS DA SILVA E OUTRO(S) - SP256753
AGRAVANTE : MAURICIO NOGUEIRA BRAGA
ADVOGADO : SANDRA REGINA FRANCO LIMA - SP161660
AGRAVADO : G S DE F (MENOR)
AGRAVADO : I S DE F (MENOR)
REPR. POR : A A DE F
ADVOGADO : ANDRÉ LUIZ SILVA RICCI - SP164110
INTERES. : SAGA CONSULTORIA EM NEGÓCIOS S/S LTDA
OUTRO NOME : INSTITUTO DE CIRURGIA SALT LAKE
ADVOGADO : ANDRÉA MARIA DEALIS - SP109550

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra a decisão que inadmitiu o recurso especial interposto por MAURÍCIO NOGUEIRA BRAGA.

A denegação, na origem, deu-se pelos seguintes fundamentos:

- (i) não foi demonstrada a alegada vulneração dos dispositivos arrolados; e
- (ii) aplicação da Súmula nºs 7/STJ.

Em suas razões (fls. 1.555-1.561 e-STJ), o agravante alega que houve violação do art. 525 do Código de Processo Civil de 2015. Apresenta razões desconectadas com a decisão que inadmitiu o recurso especial.

Requer, ao final, o provimento do agravo para análise do recurso especial.

O Ministério Público Federal emitiu parecer pelo não provimento dos agravos em recurso especial (fls. 1.579-1.584 e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O agravo não comporta conhecimento.

Observa-se que a agravante não infirmou todos os fundamentos da decisão impugnada, atraindo a aplicação do disposto no artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, que faculta ao relator *"não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida"*.

No caso, as razões do agravo deixaram de impugnar a aplicação da Súmula 7/STJ, a qual veda a revisão do acervo fático-probatório nesta instância especial. Em nenhum momento a parte alega que é dispensável a revisão de fatos e provas por esta Corte Superior.

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Na origem, os réus Maurício Nogueira Braga e Evolution Intermediação de Negócios Ltda. foram condenados solidariamente ao pagamento de honorários sucumbenciais no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação por danos morais (R\$ 100.000,00, fls. 1.276-1.277 e-STJ).

Dessa forma, fixo os honorários recursais em 1% (um por cento) sobre o valor da condenação, a ser pago pelo recorrente ao advogado das recorridas, mantendo-se, no mais, a verba honorária na forma determinada na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Ministro